



Taxistas do RJ terão linha de crédito de até R\$ 80 mil para renovação da frota

Nesta quarta-feira (05/04), o Governador **Cláudio Castro** assinou um decreto regulamentando a Lei 9.835/22, que cria uma linha de crédito de até R\$ 80 mil para taxistas autônomos ou vinculados a cooperativas, exclusivamente para a renovação da frota. Os mototaxistas e motoristas de vans e kombis também serão contemplados com a **AgeRio Creditáxi**. A cerimônia de assinatura ocorreu no Palácio Guanabara, com a presença do Presidente da **Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio)**, **André Vila Verde**, e outras autoridades. O objetivo do projeto é apoiar as categorias e fomentar o setor de transportes, garantindo mais segurança e conforto aos passageiros. *"O Creditáxi não é apenas um projeto, é uma política pública. Estamos criando um programa com uma fonte de custeio que o torne perene, para que ele exista para sempre, não apenas no governo Cláudio Castro. O taxista é parte do desenvolvimento econômico do nosso estado. Não trabalhamos com a categoria A, B ou C, trabalhamos com o sonho de cada um"*, declarou Castro. O projeto prevê, também, a aquisição de vans, kombis e motocicletas, desde que o requerente tenha concessão pública para

exploração de transporte. E o valor será creditado diretamente ao vendedor do veículo, sendo o próprio veículo a garantia do financiamento. *"A medida é importante para aquecer diversos segmentos automotivos, como o das montadoras e revendedoras de automóveis instaladas em território fluminense, pois a renovação de frota deverá priorizar a aquisição de veículos fabricados no Estado do Rio"*, observa o Secretário de **Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços**, **Vinicius Farah**. Com juros zerados, a linha de crédito chegará a R\$ 80 mil, com prazo para pagamento em até 60 meses e carência de 6 a 12 meses. Além do financiamento, o decreto prevê uma concessão de crédito de até R\$ 8 mil, para motoristas que precisem adaptar o veículo para transporte de pessoas com deficiência. *"A partir de hoje os taxistas já poderão fazer a solicitação do crédito exclusivamente no site da AgeRio. Será importante observar toda a documentação exigida no decreto para garantir a celeridade do processo. Não vamos exigir o nome limpo, mas é importante cumprir as exigências, porque estamos operando com recursos públicos. Os taxistas podem contar com a gente"*, declarou André Vila Verde. Neste primeiro momento, os financiamentos serão concedidos com recursos do **Fundo Estadual do Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores (FEMPO)**. O Governador Cláudio Castro declarou que, inicialmente, serão disponibilizados R\$ 20 milhões para o projeto e que o investimento irá aumentando de acordo com a demanda da categoria. Informou também que a ideia é fazer com que, futuramente, o programa seja custeado pelo fundo soberano, no intuito de construir um projeto que dure por muito tempo. **Crterios do Financiamento** O projeto prioriza a

aquisição de veículos fabricados no Estado do Rio. Estes terão um financiamento de até 90%. Já os fabricados fora do estado, de até 80%. Veículos usados terão financiamento máximo de 80%, entretanto, só serão contemplados aqueles com no máximo cinco anos de fabricação. Outra exigência é que o veículo tenha seguro de, no mínimo, 100% do valor do financiamento para que o empréstimo seja liberado. Fonte: Diário do Rio



Tebet defende possibilidade de alíquotas diferenciadas na Reforma Tributária

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, participou de audiência pública que debateu os efeitos positivos da reforma tributária na economia brasileira. O convite do GT que analisa o Sistema Tributário Nacional (PEC 45/19) partiu do membro da Frencoop, deputado Newton Cardoso Jr (RJ). O encontro, desta terça-feira (4), contou com a presença do presidente da Frencoop, Arnaldo Jardim (SP) e do representante da frente no GT,

deputado Vitor Lippi (SP). Tebet destacou seu desafio à frente da pasta e elencou as prioridades para a retomada do crescimento econômico e social do país, bem como do desenvolvimento regional. De acordo com ela, a Reforma Tributária, o Plano Plurianual e o Arcabouço Fiscal formam um tripé para a aplicação de políticas públicas mais eficientes. “Tenho convicção de que esta reforma vai resolver boa parte dos impasses. Devemos ter um olhar diferenciado para o pequeno e médio produtor agropecuário. Há, inclusive, a sugestão da criação do Simples Rural. É possível discutir alíquotas diferenciadas também para o setor de serviços, que é diverso. Contudo, outros grandes projetos em tramitação no Congresso precisam avançar. Para sanar questões mais específicas de cada região do país, temos o fundo de compensação para estados e municípios e o fundo constitucional de desenvolvimento regional. É importante ressaltar que neste momento nenhum estado perderá com a reforma”, afirmou a ministra. Tebet também acrescentou que cabe uma “calibragem no escopo da reforma para garantir que os incentivos fiscais, que foram necessários durante um tempo no país, tenham prazo de término para 2032”. Ela frisou, no entanto, que programas como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida não podem ser extintos, mas aprimorados. “Neste contexto, precisamos colocar as mulheres pobres, pretas e do norte no guarda-chuva de proteção do governo. O Brasil é injusto e desigual se olharmos os recortes de gênero, racial e regional. Os incentivos para que empresas contratem mulheres podem ser incorporados ao texto, mesmo que necessite de lei complementar posterior. Dentro deste recorte, outra questão importante e de cunho social é a adoção de cashback nos impostos das pessoas inscritas no CadÚnico. Desta forma, vamos garantir que o Brasil possa crescer a altura de sua grandeza”, finalizou Tebet. O deputado Lippi parabenizou a ministra pela criação de secretaria

especial dentro do ministério para verificar as contas. Em seguida, ele destacou que a reforma contém parâmetros importantes para gerar mais empregos no país. “Temos muitas oportunidades para crescer, mas o custo dessa burocracia tributária no Brasil é de cinco a dez vezes mais caro se comparado ao restante do mundo. O custo estimado é de R\$ 430 bilhões, jogados no lixo todos os anos”, pontuou o parlamentar. **Ato Cooperativo** Na última semana, o colegiado ouviu as considerações do cooperativismo para a Reforma Tributária. O consultor jurídico do Sistema OCB, João Caetano Muzzi Filho, defendeu o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo como forma de evitar a bitributação de cooperados e cooperativas. “As cooperativas são sociedades criadas com o propósito de viabilizar a inclusão econômica de seus membros, atuando na premissa de prestação de serviços ao grupo social. O cooperativismo exige atenção diferenciada por sua lógica de transferência tributária. A alíquota de 27,5% é tributada do cooperado, não da cooperativa. Ela não detém capacidade contributiva, pois não fixa riqueza porque o modelo de negócios não visa o lucro como em sociedades empresariais”, explicou. O deputado Vitor Lippi corroborou e declarou que articulará pela inclusão do ato cooperativo no escopo do texto da reforma. “Meu apoio ao cooperativismo é uma questão de princípios. Estou convencido que este é o modelo que melhor distribui resultados e inclui os pequenos. O cooperativismo pode contar comigo no desafio de buscarmos um modelo tributário eficiente e que mude o patamar de desenvolvimento do país”, frisou o parlamentar. *Fonte: SomosCooperativismo*



Instituto Sicoob disponibiliza 37 cursos profissionalizantes

Baseado no sétimo princípio do cooperativismo, o interesse pela comunidade, o Instituto Sicoob está com 37 cursos profissionalizantes disponíveis para a população em geral e de forma totalmente gratuita. As aulas são todas virtuais, com conteúdo bem direcionado e ainda há o certificado de conclusão no final. Para participar, basta se inscrever na plataforma Expresso do Instituto Sicoob (<https://expresso.institutosicoob.org.br>), e ter acesso a todos os cursos com a realização de um simples cadastro. Não há limite de acesso por pessoa e os cursos estão na plataforma por tempo indeterminado. Estão disponíveis cursos de Técnicas de Vendas, Marketing Pessoal, Introdução à Informática, Atitude Empreendedora, Assistente Administrativo, Qualidade no Atendimento – Recepcionista/Telefonista, Marketing e Posicionamento de Mercado, A Arte de Falar em Público, Planejamento e Gestão de Carreira, Comunicação Assertiva, Liderança e Gestão de Equipes, entre outros. Segundo Edjar Júnior, Pessoa de Desenvolvimento Estratégico (PDE) do Instituto Sicoob, a intenção é capacitar pessoas que precisam e não têm condições de pagar para uma qualificação. “São quase 40 cursos e dos mais variados temas e áreas que podem ajudar a pessoa a conseguir um emprego ou até melhorar a posição no mercado



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NA
MODALIDADE SEMIPRESENCIAL DA COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENERGIAS
RENOVÁVEIS COOPENERGIA BRASIL.
CNPJ 41.455.568/0001-84 - NIRE 33.4.0005802-0.**

O Presidente da Cooperativa de Trabalho de Energias Renováveis COOPEENERGIA BRASIL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 13 (treze) cooperados ativos para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 17 de abril de 2023. A assembleia ocorrerá de forma híbrida podendo o cooperado comparecer presencialmente ou participar de forma on-line. Os cooperados que desejarem participar de forma on-line será via APP, cujo link de acesso será disponibilizado a partir do dia 12 de abril de 2023 por meio de E-mail e para os cooperados que optarem por participar presencialmente será no endereço sito a Rua Professor Carmelita Martins; Nº 141 – Bairro: Praça Seca, Rio de Janeiro – RJ. A primeira convocação da Assembleia será às 08h com a participação de dois terços (2/3) do total de cooperados da cooperativa, não tendo quórum instaurar-se-á segunda convocação às 09h com metade e mais um (1/2+1) do total de cooperados da cooperativa e sendo necessário, caso não haja quórum na segunda convocação, instaurar-se-á terceira e última convocação às 10h com quorum de no mínimo 20% do total de cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1- Prestação de Contas dos Exercícios de 2021 e 2022; 2- Destinação dos Resultados dos Exercícios; 3- Eleição de Membros do Conselho Fiscal; 3- Adoção ou não de diferentes faixas de remuneração entre os cooperados; 4- Fixação do valor de honorários aos membros da Diretoria e Conselho Fiscal; 5- Gestão da cooperativa, disciplina, direitos e deveres dos sócios; planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados; organização do trabalho; consoante pauta de assembleia geral espacial obrigatória prevista no artigo 11, caput da Lei Federal nº 12.690/2012.

Rio de Janeiro/RJ, 06 de abril de 2023.

Marcus Vinícius Mello dos Santos
Diretor Presidente

